

GUIA DO CONCURSEIRO

Com mais de 630 mil inscritos, certame inédito ocorre em 8 de dezembro, com oportunidades de nível superior para tribunais de todo o país. Especialistas dão dicas para a reta final até a prova

Confira **ESTRATÉGIAS** para passar no TSE Unificado

» MARINA RODRIGUES

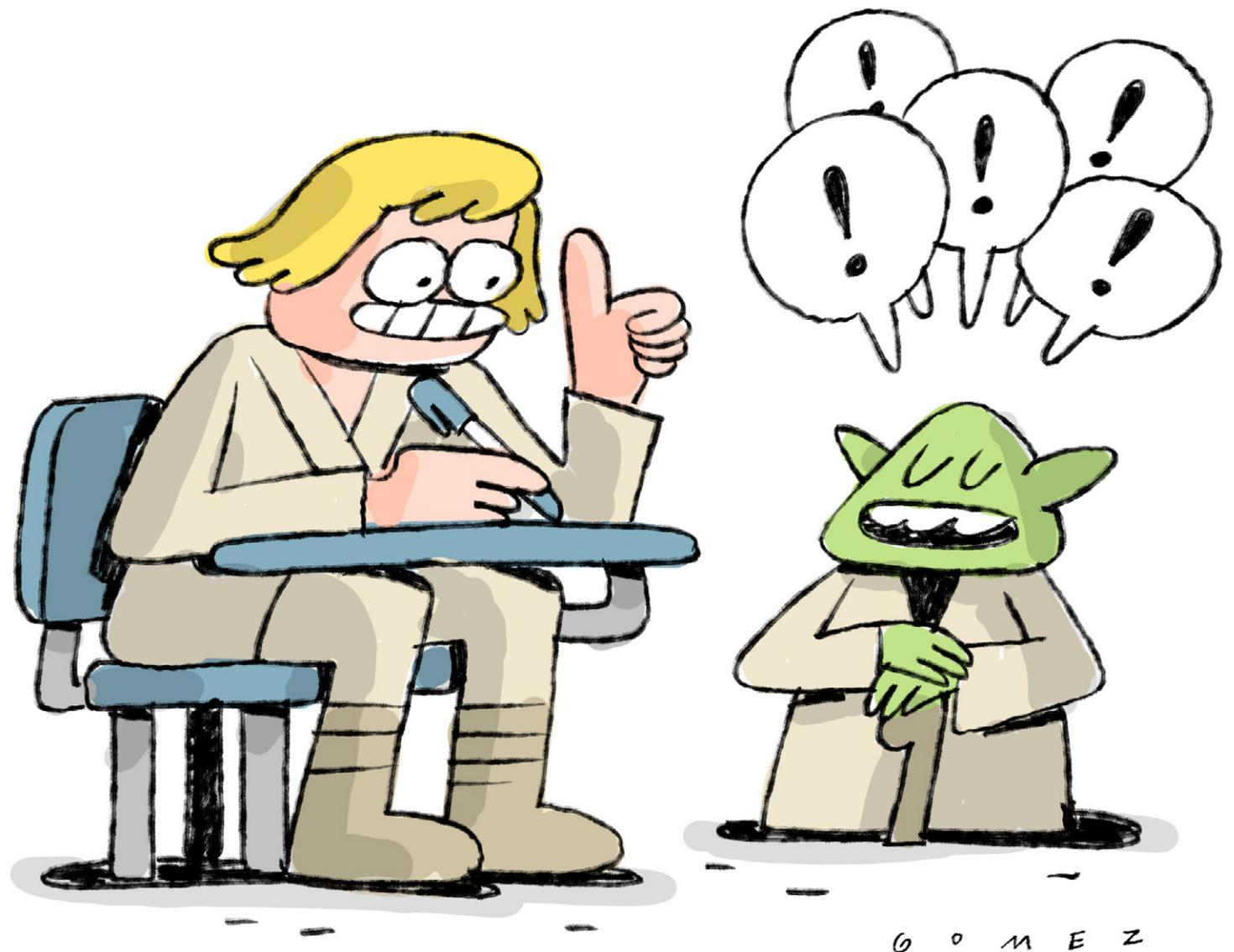
O concurso público unificado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou um total de 637 mil inscrições, destacando-se como um dos processos seletivos mais aguardados do ano. Organizado pelo órgão, foram ofertadas 412 vagas imediatas, além da formação de cadastro de reserva. Entre os cargos mais procurados, o de técnico judiciário lidera, com 344.004 inscritos, enquanto 293.651 candidatos optaram pelo cargo de analista judiciário em diversas áreas.

O certame abrange todos os 26 tribunais regionais eleitorais e o TSE, com exceção do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO). As remunerações oferecidas variam entre R\$ 8.529,65 e R\$ 13.994,78, incluindo benefícios, como auxílio-alimentação, plano de saúde e creche, e gratificações por títulos e capacitação.

A aplicação das provas objetivas ocorre em 8 de dezembro. Para candidatos aos cargos de analista judiciário, a avaliação terá duração de 4h30; os portões abrem às 7h e fecham às 8h, com início previsto para 8h30. Já aos cargos de técnico judiciário, a duração será de 3h30; os portões abrem às 14h e fecham às 15h; e o início está previsto para 15h30. A consulta aos locais de prova será liberada na próxima sexta-feira.

Edital unificado

Embora a prova seja válida para todos os tribunais eleitorais, a concorrência e a lotação são regionais. Ou seja, cada candidato concorre apenas com os inscritos para o TRE escolhido. Segundo Eduardo Cambuy, professor do Gran Concursos, essa dinâmica otimiza a logística e uniformiza a



aplicação do exame, além de indicar uma prova que vai priorizar disciplinas básicas e comuns a todos os tribunais.

“Cada tribunal tem peculiaridades, regimentos, normas, legislações e atuações específicas que, caso fizessem seus próprios concursos, teríamos um edital diferenciado, com informática, ação lógica, estatística ou qualquer necessidade daquele tribunal. Por ser algo genérico, válido para todos, isso não acontece. É necessário selecionar matérias

que são unanimidade, que são necessárias para todos”, explica.

Banca definida

A banca organizadora escolhida foi o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp). De acordo com Eduardo Cambuy, trata-se de uma instituição que, em regra, “inibe o chute”, uma vez que o método de correção penaliza respostas erradas anulando questões corretas.

“Muitas vezes, quando se tem mais segurança, você acerta uma questão, marca e ganha ponto. E quando se tem insegurança, não sabe, você quer chutar, mas está sendo penalizado exatamente por querer arriscar sem ter conhecimento do assunto. Ao mesmo tempo, também não podemos deixar tudo em branco, porque precisa-se ter um quantitativo (de acertos), no mínimo, entre 70% e 80% líquido, considerando os resultados dos últimos concursos”, afirma o especialista.

À frente do perfil Estuda que a Vida Muda (EQVM) no Instagram (@_estudaqueavidamura_), a mentora para concursos públicos Raquel Assunção ressalta que, apesar de ser um conteúdo mais amplo, comum a todos os tribunais, a ausência de redação para técnicos judiciários torna a avaliação dos candidatos mais criteriosa na prova objetiva. “Sem a redação, é preciso criar outros mecanismos para selecionar os melhores candidatos. A tendência é que a